



Handwritten signature
A.P.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E VINTE

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e sete membros, verificando-se as ausências de **Arlindo Augusto Genésio Gouveia**, que justificou a sua falta por motivos pessoais. -----

O Presidente da Junta de Freguesia da Desejosa e a Presidente da União das Freguesias de Paradela e Granjinha não puderam estar presentes e, por isso, fizeram-se representar, respetivamente, por **Faustino Jesus Macedo** (Secretário) e **António Joaquim Monteiro Ribeiro** (Secretário). -----

Efetuada a chamada e verificado o quórum, deu-se início aos trabalhos quando eram catorze horas e quarenta e cinco minutos, sendo a sessão presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**, e secretariada por **Álvaro Correia Soares Martinho** e **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, respetivamente, primeiro e segundo secretários. -----

O Executivo Municipal esteve representado pelo Presidente da Câmara, **Carlos André Teles Paulo de Carvalho**, e pelo Vereador **José Carlos Oliveira da Silva**. -----

Seguidamente, o Primeiro Secretário da Assembleia Municipal procedeu à leitura da convocatória, na qual consta a seguinte: -----

===== ORDEM DE TRABALHOS =====

- I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO. -----
- II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----
- III. ORDEM DO DIA: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município. -----

PONTO DOIS: Apreciação, discussão e votação das **taxas a fixar para o ano de 2021** [cfr. alíneas b), c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de



Handwritten signatures

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

setembro, e alínea b) do n.º 3 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro na sua redação atual]: -----

- a. Taxa municipal de direitos de passagem; -----
- b. Derrama; -----
- c. Participação no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares; -----
- d. Imposto municipal sobre imóveis. -----

PONTO TRÊS: Outros assuntos de interesse para o Município. -----

De seguida, pela secretária **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, foi lida a ata da sessão ordinária realizada a vinte e nove de junho do corrente ano a qual foi aprovada por maioria de vinte e seis votos a favor, com a abstenção do deputado **José Fernando Pereira**, justificada pelo facto de não ter estado presente na reunião em causa. O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, apenas poderão participar na aprovação da ata os membros que tenham estado presentes na reunião a que ela respeita. -----

Posteriormente foi lida a ata referente à sessão extraordinária efetuada no dia catorze de agosto do corrente ano, merecendo aprovação com vinte votos a favor e as abstenções dos deputados **Eugénia Maria Pereira de Lima Paixão Lopes, Ricardo Manuel Martins Soares, Rui António Alves Figueiredo**, e dos Presidentes e/ou representantes das Freguesias da Desejosa, Granja do Tedo, Valença do Douro e União das Freguesias de Paradela e Granjinha, justificadas pelo facto de não terem estado presentes na reunião em causa. -----

No **PERÍODO** reservado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, o Presidente da Assembleia Municipal referiu a legislação emanada no âmbito das alterações e das contingências sofridas pela COVID-19, que prevê algumas condicionantes para salvaguarda de todos os intervenientes nas reuniões, frisando que na convocatória bem como no respetivo edital, está mencionado que a reunião se realizará sem que haja a permanência do público, exceto durante o período de intervenção e esclarecimento, face à limitação da sala, de modo a assegurar o respeito pelas regras do distanciamento social e demais orientações da Direção-Geral da Saúde. Assim, até às dezassete horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de setembro, os cidadãos que pretendessem intervir na reunião deveriam ter enviado *e-mail* (no qual constasse o nome, morada e contacto telefónico) a dar conta desse facto, podendo optar por uma das seguintes modalidades: remeter o ficheiro em formato MP3, WMA ou WVA da comunicação previamente gravada que pretendessem realizar; ou efetuar a inscrição e solicitar a emissão de credencial para intervir. -----



Luís Dada
Alef
Alfonso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

De seguida, agradeceu a presença do munícipe **André Pina Martins**, que pôde estar presente na reunião pelo facto de um dos deputados estar ausente, caso contrário e enquanto não houver alterações à situação originada pela COVID-19 a intervenção do público irá estar condicionada pelos motivos supramencionados. -----

Foi dada a palavra ao deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira** que questionou o porquê de a inscrição dos cidadãos ser feita apenas por *e-mail* e sugeriu que caso não haja imposição legal nas próximas convocatórias deveria ser mencionado a possibilidade de a inscrição poder ser feita também por carta ou por telefone pelo facto de nem todos os cidadãos terem acesso à *internet*. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a sugestão feita pelo senhor deputado.

Posteriormente o Presidente da Assembleia Municipal questionou o munícipe sobre a pretensão de intervir. Como não houve intervenção do público, deu-se entrada no **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo o Presidente da Assembleia Municipal dado conhecimento ao Plenário da correspondência recebida, fazendo ainda alusão à eleição indireta do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Norte (CCDR-N) que ocorrerá no próximo mês de outubro, deixando ainda uma crítica de que tal como aconteceu nos vários processos administrativos e de intervenção da Assembleia, mais uma vez o tempo das reuniões das Assembleias não são tidos em conta para prenuncio destes Órgãos o que obriga a recorrer a reuniões extraordinárias. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, para se pronunciar sobre as eleições indiretas do Presidente e Vice-Presidente da CCDR-N, que começou por dizer que na sua opinião, tendo em conta que é a primeira vez que este tipo de eleições vai ocorrer, este não é o melhor *timing* para ocorrerem estas eleições por estarmos a um ano das eleições autárquicas e vai ser feita a eleição do Presidente da CCDR para os próximos cinco anos. Na sua opinião seria mais lógico que esta alteração legislativa acompanhasse os ciclos autárquicos. Lembrou ainda a crise pandémica que se está a enfrentar e a fase final do atual quadro comunitário de apoio e na qual, se tem referido na comunicação social, que o país vai receber fundos comunitários importantes. -

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal abriu espaço para a intervenção do Plenário, usando desse direito o deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira** que começou por dizer que o assunto de que iria falar é de extrema importância para a sociedade e que tem a ver com uma petição pertinente que se refere à acessibilidade da informação a pessoas com necessidades especiais, com idade avançada ou com alguma perturbação na apreensão do som e imagem. Esta petição tem como objetivo pressionar várias personalidades e entidades para que os serviços noticiosos transmitidos em sinal aberto na televisão portuguesa passem a ter tradução e legendagem verbalizada em português.



Alva
Alva

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Referiu ainda que relativamente ao Plácido Hotel Douro e ao aumento do capital social por parte da empresa Beleza do Monte foi enviada na informação escrita a declaração de voto. -----

O Presidente da Câmara informou ainda que esteve no Ministério do Ambiente e no Fundo Ambiental por causa de uma possível candidatura à construção da Ciclovia que ligaria a Folgosa à Foz do Távora, no âmbito do Portugal Ciclável (2.º aviso) que visa disponibilizar de forma célere um apoio, a fundo perdido, para a construção rápida de ciclovias intermunicipais, mas infelizmente a densidade demográfica do nosso concelho não permite o acesso a esses benefícios. -----

Mais informou que em relação às obras comparticipadas e independentemente de algumas delas estarem praticamente concluídas, quer a execução financeira quer um pouco da execução física vão ficar em aberto durante algum tempo, uma vez que pode haver um aumento das taxas de comparticipações de oitenta e cinco por cento para noventa ou noventa e cinco por cento por parte do Governo. -----

Mencionou ainda que foi assinado um contrato para a requalificação e ampliação da Zona Industrial. -----

O Presidente da Câmara fez também alusão ao concurso para a requalificação da estrada de Paradela no início do mês de outubro, à candidatura para o projeto de requalificação da Foz do Távora no âmbito do PROVERE (Programa de Valorização de Recursos Endógenos) e à candidatura ao projeto Escola Digital, caso seja elegível a financiamento, do material informático adquirido pelo município para que os alunos do concelho sinalizados pela escola pudessem assistir às aulas à distância. -----

Abordou ainda a questão da retirada do amianto das escolas, para referir que ao contrário do que é anunciado pelo Governo estas intervenções não são financiadas a cem por cento, são antes mobilizados fundos europeus de verbas das autarquias para esta medida, o que leva à não concordância e não-aceitação desta situação por achar que este investimento tem de ser feito pelo Governo. Mencionou ainda que na próxima reunião da CIMDouro esta será uma das matérias abordadas para que haja uma posição conjunta. ---

De seguida, o Presidente da Câmara referiu que lhe foi comunicado pela Diretora Executiva do ACES Douro Sul que está resolvida uma reclamação reivindicada há vários anos que é a questão da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) que originará uma Equipa de Cuidados na Comunidade Integrados que irá começar a funcionar brevemente com recursos integrados entre Armamar e Tabuaço e para o qual é necessário fazer investimento numa viatura. -----



Luís V. A.
A. P.
A. P.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Realçou ainda a cerimónia de entrega do Prémio Abel Botelho que este ano, devido às medidas de contingência resultantes da pandemia em curso, decorreu no Salão Nobre dos Paços do Município, numa sessão restrita aos onze estudantes premiados e seus encarregados de educação, em vez da habitual cerimónia pública no Pavilhão Gimnodesportivo de Tabuaço. Já no que concerne à cerimónia de entrega das medalhas do Quadro de Mérito Escolar informou que, em articulação com a Diretora do Agrupamento de Escola, tentaram normalizar as coisas através de uma cerimónia simbólica que ocorreu na escola e cujos momentos das entregas das medalhas foram faseados em sete sessões com os estudantes e os encarregados de educação. -----

Deu ainda conhecimento que teve lugar na semana passada o Conselho Regional do Norte que se versou um pouco sobre o Plano de Recuperação Económica, que é um documento que está muito bem feito, mas que na prática e tendo em conta os enormes problemas que certas regiões padecem não vai servir para rigorosamente nada uma vez que os investimentos vão continuar a ser nos mesmos sítios, não vão estagnar a saída dos jovens e não há nada que vá de em contra a questão demográfica. -----

O Presidente da Câmara conclui esta intervenção, fazendo alusão à subida de divisão dos clubes desportivos do concelho, nomeadamente a subida da equipa sénior masculina da AJAB (Associação Juvenil Abel Botelho) ao Campeonato Nacional de Segunda Divisão de Futsal e a subida do Arcos Futebol Clube à Primeira Divisão Distrital da Associação de Futebol de Viseu. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explicação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate. -----

O deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira** usou da palavra para congratular o executivo pelo que vai ser feito relativamente aos animais abandonados. Salientou ainda que cada vez mais a população está afastada da política, que não existe preocupação com as autarquias e as realidades que saem do poder central e, isso é notório com a despreocupação com os parcos orçamentos que as autarquias têm bem como com os projetos que não são aplicados em determinadas zonas do país. Relativamente à eleição indireta do Presidente da CCDR-N disse ainda não concordar com uma votação que à partida já se sabe quem vai ser eleito. -----

Terminadas as intervenções, passou-se para o **ponto dois sobre a apreciação, discussão e votação das taxas a fixar para o ano de 2021, respeitantes à taxa municipal de direitos de passagem, à derrama, à participação no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e ao imposto municipal sobre imóveis.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação deste ponto. -----



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'André' and another signature.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

O Presidente da Câmara começou por dar conta que as taxas apresentadas se mantêm nos valores idênticos ao que tem sido prática dos últimos anos, e que são os seguintes: 0,25% para a taxa municipal de direitos de passagem; 1,2% para a taxa de derrama, passando a 0,5% para quem não ultrapasse cento e cinquenta mil euros de volume de negócios; 5% de participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares; 0,4% sobre o imposto municipal sobre imóveis para os prédios urbanos e à semelhança do que foi alterado no ano passado a redução da taxa de imposto municipal sobre imóveis relativamente ao número de dependentes do agregado familiar. Informou ainda que a situação financeira do Município se mantém bastante complexa o que impossibilita qualquer redução das taxas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explicação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate, tendo usado da palavra o deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** que interpelou o Presidente da Câmara sobre se as taxas de direitos de passagem têm sido pagas pelas operadoras ao Município ou se à semelhança do que tem acontecido até aqui se tudo continua na mesma. -----

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que apresentou duas questões. A primeira de caráter informativo e com a qual pretendia saber se a maior parte das empresas do concelho paga uma taxa de derrama de 0,5%. A outra questão referia-se à possibilidade de existir uma majoração/agravamento, de trinta por cento, do imposto municipal sobre imóveis dos prédios urbanos degradados e que coloquem em perigo a comunidade. Esse agravamento seria feito mediante deliberação da Assembleia e posterior execução do Executivo. -----

Após as intervenções o Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para dar resposta às questões levantadas. -----

Respondendo ao deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho**, o Presidente da Câmara disse que as operadoras pagam a taxa de direito de passagem que lhes é legalmente exigida e cujo valor é irrisório tendo em conta o que as operadoras faturam. -----

Relativamente às questões levantadas pelo deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, o Presidente da Câmara começou por dizer que o maior número de empresas do nosso concelho são microempresas, às quais se aplica a taxa de derrama de 0,5%. E que lamentavelmente a maior parte das empresas que laboram no nosso concelho com faturação acima dos cento e cinquenta mil euros não têm sede ou domicílio fiscal no concelho, pelo que enquanto não houver uma reforma fiscal que vá no sentido de grande parte da riqueza ser tributada no sítio onde é gerada, o concelho irá continuar a ter esses



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Alfa'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

problemas e a ser deficitário, porque a riqueza para além de ir embora daqui nem sequer é aqui tributada. Relativamente à questão sobre a majoração/agravamento, do imposto municipal sobre imóveis dos prédios urbanos degradados, o Presidente da Câmara disse que há outros mecanismos que são mais efetivos do que este e que estão à disposição dos munícipes para que possam beneficiar com a reabilitação das casas. Lembrou ainda que atualmente é extremamente difícil comprar casas para reabilitar, principalmente nas freguesias mais ribeirinhas, como é o caso de Valença do Douro, Adorigo ou Santo Aleixo, porque os preços são exorbitantes. Na sua opinião, a prioridade deve passar por fazer chegar aos munícipes o tipo de incentivos e benefícios concedidos na área da reabilitação urbana. -----

Solicitou, de novo, a palavra o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para dizer que percebe a pertinência e o mérito do que foi dito pelo Presidente da Câmara, e que esses incentivos são uteis para quem vive no concelho e queira beneficiar desses mecanismos de incentivo à reabilitação de habitação mas, o grande problema são as habitações devolutas que estão degradadas e que causam um perigo para a comunidade. Na sua opinião esse problema é mais difícil de resolver, porque, muitas dessas habitações que se encontram devolutas não serão reabilitadas uma vez que os seus proprietários já nem vivem no concelho, e as autarquias também não têm capacidade financeira para assumirem as despesas com a sua compra ou a sua demolição. Disse ainda não saber se a sua proposta de agravamento de trinta por cento do imposto municipal sobre imóveis irá conseguir em termos práticos resolver alguma coisa porque o valor patrimonial de muitas dessas casas é muito pequeno e o impacto no imposto municipal sobre imóveis iria ser uma coisa muito residual. -----

Retomando a palavra, o Presidente da Câmara disse que essa é uma situação que se pode equacionar no futuro. -----

Concluídas as intervenções foi este ponto sujeito a votação em separado, apurando-se os seguintes resultados: -----

- a) Proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de dois mil e vinte e um em 0,25% – aprovada por unanimidade. -----
- b.1) Proposta de fixação da taxa de derrame em 1,2% a cobrar no ano de dois mil e vinte e um para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano de dois mil e vinte que seja superior ao montante de cento e cinquenta mil euros – aprovada por unanimidade. –
- b.2) Proposta de redução de derrama em 0,5% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano de dois mil e vinte que não ultrapasse o montante de cento e cinquenta mil euros – aprovada por unanimidade. -----
- c) Proposta de fixação da participação em 5% no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares dos sujeitos passivos, relativa aos rendimentos do ano de dois mil e vinte – aprovada por unanimidade. -----



Ramos
aef
Alca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

d.1) Proposta de fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis em 0,4% a cobrar no ano de dois mil e vinte e um – aprovada por maioria com vinte e seis votos favoráveis e o voto contra do senhor deputado **Alexandre Paulo da Silva Ramos**. -----

d.2) Proposta de redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis, em função do agregado familiar, para vigorar no ano de dois mil e vinte e um – aprovada por maioria com vinte e seis votos favoráveis e o voto contra do deputado **Alexandre Paulo da Silva Ramos**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal questionou os senhores deputados sobre a pretensão de fazer declaração de voto, tendo sido dada a palavra ao deputado **Alexandre Paulo da Silva Ramos** que justificou a sua votação argumentando que, no programa eleitoral defendido pelo seu partido, a proposta para a taxa do imposto sobre imóveis era de 0,3%. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições ao **ponto três - outros assuntos de interesse para o Município**, da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscrito o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** e os deputados **Eugénia Maria Pereira de Lima Paixão Lopes** e **Nuno Manuel Paiva Oliveira**. --

No uso da palavra, o Presidente da Junta de Freguesia de Sendim começou por enaltecer a intervenção da Câmara no ramal de acesso a Cabriz e na marcação rodoviária da Estrada Nacional 323 (EN323) e da estrada de Sendim para Guedieiros. Alertou ainda o Executivo para a urgência de se encontrar uma solução para diminuir os casos de excesso de velocidade que se verificam na EN323. E terminou a sua intervenção sugerindo que fosse colocado um cinzeiro na entrada da Câmara. -----

Seguiu-se a intervenção da deputada **Eugénia Maria Pereira de Lima Paixão Lopes**, que começou por agradecer a amabilidade, disponibilidade e simpatia do senhor Ribeiro, numa visita que fez à Igreja de São Pedro das Águias com familiares e amigos, em mostrar o que de mais rico tem o nosso concelho. Deixou um apelo para que se continue a olhar por aquela jóia românica, bem como a preservar e melhorar a zona envolvente àquele monumento. Alertou ainda para a dificuldade com que se deparou numa das viagens que realizou à noite na Estrada Nacional 222 pelo facto de as faixas laterais e central estarem muito gastas, o que era lamentável visto que esta estrada é considerada uma das mais belas a nível mundial, pedindo para que fosse solicitado às entidades responsáveis, nomeadamente às Estradas de Portugal, para que preservem esta estrada não só a nível de conservação de piso, mas também de sinalética e pintura. Terminou a sua intervenção com um agradecimento ao Presidente da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia, pela forma célere com que atendeu o seu pedido, para dar um arranjo na estrada de acesso a uma das adegas do nosso concelho que estava muito degradada, com muitos buracos e as carrinhas que faziam o transporte das uvas poderiam ter graves



Luís Tab
aef
Alca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

problemas. Referindo que, o Presidente, amavelmente e de uma forma célere resolveu e minimizou esses problemas, ajudando assim os vitivinicultores. -----

No seguimento das intervenções, foi dada a palavra ao deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira** que aludiu ao facto de a informação que é incutida aos cidadãos tanto pelos Órgãos Políticos e Institucionais, como pelos meios de comunicação social e redes sociais só se focam nos números de quem está contagiado, internado ou morre devido à COVID-19, lembrando que só no ano passado a nível mundial morreram mais pessoas por causa da poluição do que com este vírus e que ninguém fala dos problemas que levaram a esta situação, nem da situação social e económica que, na sua opinião, se vai agravar muito. Continuou dizendo que, esta pandemia levou a que as pessoas por todo o mundo revitalizem as zonas urbanas menos povoadas e que isto pode ser visto como uma oportunidade para o nosso território. Estes momentos de crise devem ser aproveitados, porque com o incremento do teletrabalho vai haver muita gente que vai acabar por vir viver para o interior desde que tenha um sítio agradável para viver e com boas condições.

Interveio novamente o Presidente da Junta de Freguesia de Sendim para dizer que relativamente ao teletrabalho é necessário dar condições às pessoas para virem para o interior e puderem trabalhar, porque tanto as dificuldades de acesso à *internet* quanto a baixa velocidade dos serviços disponíveis dificultam a vida das pessoas que estão em teletrabalho. -----

Para responder às intervenções, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que começou por agradecer à deputada **Eugénia Maria Pereira de Lima Paixão Lopes** por exaltar quer o trabalho que o senhor António faz na promoção e divulgação do património da Granjinha quer também na figura do senhor Fernando, e que é extensível a todos os restantes Presidentes de Junta, pelo trabalho que é feito relativamente à requalificação dos caminhos e a rápida resposta por partes das Juntas de Freguesia. -----

Relativamente ao excesso de velocidade no interior das aldeias, o Presidente da Câmara reconheceu que é um problema, mas na sua opinião a resolução deveria ser de forma preventiva, diz tratar-se de um problema de consciência cívica. Informou ainda que em relação a esse problema, as freguesias de Sendim, Távora e Adorigo, por serem consideradas as mais perigosas, foram alvo de projectos de requalificação do interior das freguesias que terão de ser feitos faseadamente por infelizmente não haver dinheiro. Em relação à marcação rodoviária informou que já foram feitas intervenções nas freguesias de Longa, Sendim e Tabuaço e que as próximas intervenções serão em Santa Leocádia e Adorigo. Quanto à sugestão da colocação do cinzeiro na entrada da Câmara Municipal, disse que é um caso a ter-se em consideração tendo em conta que entrou em vigor a lei que prevê multas para quem atirar beatas para o chão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Terminou a sua intervenção, dizendo que, no que concerne ao teletrabalho no interior do país, é fundamental a criação de condições, porque apesar de haver uma melhor qualidade de vida, é necessário melhorar as condições de trabalho ao nível das infra-estruturas tecnológicas. -----

Seguidamente a Secretária **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, leu a minuta da ata que após votação foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram dezanove horas. -----


Para que conste, faça fé e validade vai a presente ata ser assinada pelo Presidente e Secretários, respetivamente. -----



Presidente: Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo



1º Secretário: Álvaro Correia Soares Martinho



2º Secretário: Anabela Susana Paiva Martins Oliveira